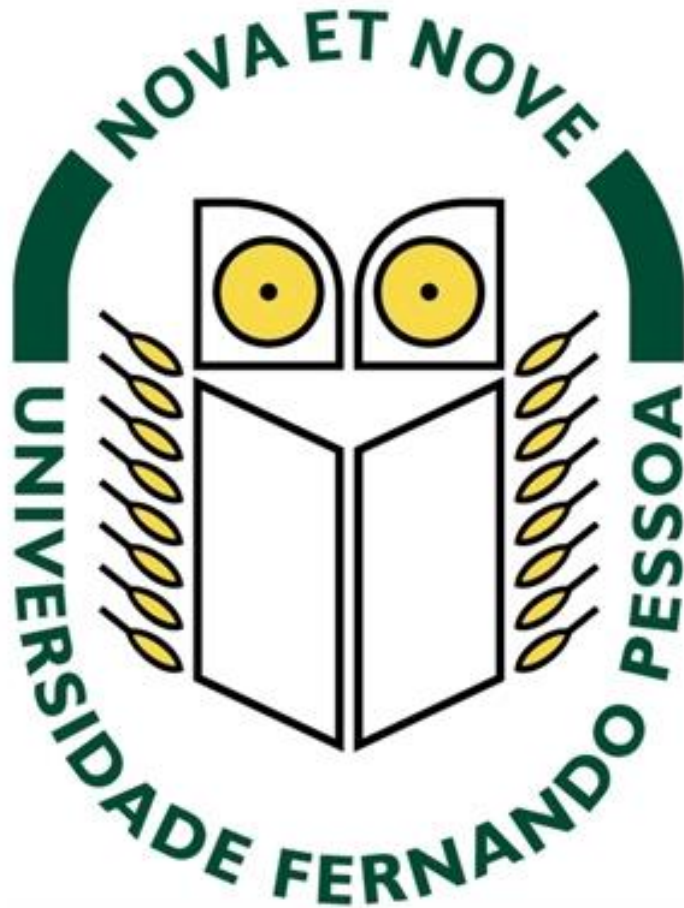


Ana Rita Borges Monteiro



O Processo de Autonomização em Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento

Projeto de Graduação

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

3º ano da licenciatura em Criminologia

Porto 2021/2022

Ana Rita Borges Monteiro

Declaro que atesto a originalidade deste trabalho

*Ana Rita Borges Monteiro*

---

(Ana Rita Borges Monteiro)

Trabalho apresentado à faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade  
Fernando Pessoa como parte integrante da obtenção do grau de licenciatura em  
Criminologia

## **Agradecimentos**

A realização deste Projeto de Graduação contou com o apoio de diversas pessoas às quais estarei eternamente grata.

À Professora Glória Jullskin, que enquanto minha orientadora de estágio e do Projeto de Graduação, pela disponibilidade, que se prontificou sempre a ajudar no necessário, e pelas opiniões e críticas.

A todos os docentes das várias disciplinas da Licenciatura em Criminologia que sem o conhecimento transmitido não teria sido possível chegar à meta final e realizar este trabalho.

Às minhas queridas amigas e colegas, Bruna Oliveira, Maria Inês Nunes e Ana Antunes, que estiveram sempre do meu lado durante a jornada acadêmica, pelo vosso companheirismo e apoio nos momentos mais difíceis.

Por fim, à minha mãe e ao meu namorado, David, pela paciência e incentivo, por sempre me encorajarem na realização proativa deste trabalho, ao qual sem eles a entrega do mesmo não teria sido possível.

“Grande é a poesia, a bondade e as danças. Mas o melhor que há no mundo são as  
crianças.”

Fernando Pessoa, in Liberdade

## Sumário

O presente projeto de intervenção foi realizado no âmbito do Projeto de Graduação para a obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia, com o objetivo de compreender qual o impacto do acolhimento, tanto na transição para a instituição como na saída da mesma para a situação de pós acolhimento, e os fatores que a influenciam, bem como o processo de autonomização em crianças e jovens em situação de acolhimento.

Além do desafio que é uma experiência de acolhimento institucional, estes jovens enfrentar inoportunamente a necessidade de se tornarem autónomos e adquirir responsabilidades que num seio familiar sem fatores de risco, não seria evidenciado tão prematuramente. Com este projeto, pretende-se evidenciar as competências necessárias para a transição segura dos jovens para a autonomia de vida, tendo sempre em conta as suas características individuais.

Na ausência da sua retaguarda familiar, deve ser a instituição a garantir o apoio necessário para o desenvolvimento integral e saudável da criança e/ou jovem. Infelizmente nem sempre este processo é conseguido da forma mais fácil, muitas vezes, devido à qualidade do acolhimento e à falta de preocupação dos técnicos e cuidadores responsáveis. Em Portugal, ainda se verifica um elevado número de jovens em situação de acolhimento, que não se sentem integrados e acabam por enveredar por caminhos nocivos para si e para os outros.

Neste sentido, o presente projeto procura elaborar algumas estratégias que após análise da literatura científica se demonstram necessárias e de fácil e rápida aplicação para diminuir os aspetos negativos da institucionalização.

Foi ainda elaborada uma proposta de intervenção denominada “Cuidar para Prevenir: desenvolver competências para a vida”, que procura através de várias atividades de *role play* ajudar os jovens em acolhimento a desenvolver competências para a autonomia, bem como, a ajudar os profissionais a estarem melhor preparados para trabalhar com estes jovens.

**Palavras-chave:** acolhimento; autonomização; programa de intervenção; institucionalização.

## **Abstract**

The present study was carried out within the scope of the Graduation Project to obtain the Degree in Criminology, with the objective of understanding the impact of foster homes, both in the transition to the institution and in its exit to the post childcare facilities situation, and the factors that influence it, as well as the process of autonomy in children and young people in foster care.

In addition to the challenge that is an experience of institutional care, these young people inopportunely face the need to become autonomous and acquire responsibilities that in a family environment without risk factors, would not be evidenced so prematurely. With this project, it is intended to highlight the skills necessary for the safe transition of young people to autonomy in life, always taking into account their individual characteristics.

In the absence of their family support, the institution must guarantee the necessary support for the integral and healthy development of the child and/or young person. Unfortunately, this process is not always achieved in the easiest way, often due to the quality of foster care and the lack of concern of technicians and responsible caregivers. In Portugal, there is still a high number of young people in a foster care situation, who do not feel integrated and end up taking harmful paths for themselves and for others.

In this sense, the present study seeks to develop some strategies that, after an analysis of the scientific literature, prove necessary and of easy and quick application to reduce the negative aspects of institutionalization.

An intervention proposal called “Caring for Prevention: developing skills for life” was also prepared, which seeks through various role play activities to help young people in foster care to develop skills for autonomy, as well as to help professionals to be better prepared to work with these young people.

**Keywords:** foster care; autonomy; intervention program; institutionalization.

## Índice

Introdução.....	8
Capítulo I – O acolhimento e o processo de autonomização.....	11
1.1. Da situação de risco ao acolhimento.....	11
1.2. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – o acolhimento em Portugal.....	12
1.3. Apoio social e recursos disponibilizados para crianças e jovens em situação de risco.....	16
1.4. Comportamento de fuga em acolhimento.....	19
1.5. O processo de autonomização: Desafios no processo de pré e pós acolhimento.....	21
1.5.1. A autonomia na situação pós-acolhimento.....	24
1.6. O profissional no apoio a crianças e jovens em situação de acolhimento.....	25
1.7. Medidas propostas para promoção da autonomia/ projetos em vigor.....	26
1.7.1. O Programa Umbrella.....	27
1.7.2. Voar para a Autonomia – Plataforma PAJE .....	27
1.7.3. Preparar para a Autonomia.....	28
1.7.3. 1.7.4. Programa STEP UP.....	29
Capítulo II – Estratégias intervenção para a promoção da autonomia com crianças e jovens em situação de acolhimento.....	29
Capítulo III - Programa “Cuidar para Prevenir: desenvolver competências para a vida”.....	37
1. Apresentação do Programa.....	37
2. Objetivos.....	37
3. Proposta de intervenção - caracterização das sessões.....	38
4. Método.....	39
5. Procedimento.....	40

6. Materiais.....	41
7. Amostra.....	41
8. Resultados Esperados.....	41
Conclusão.....	42
Referências Bibliográficas.....	44
Anexos.....	47

## **Introdução**

O Presente Projeto de Graduação, intitula-se “O processo de autonomização em crianças e jovens em situação de acolhimento” consiste parte integrante para obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia, pela Universidade Fernando Pessoa.

A decisão de abordar a temática da autonomização com crianças e jovens institucionalizadas surge devido à realização do estágio curricular no Colégio Barão de Nova Sintra (casa de acolhimento residencial), onde desenvolvi diversas atividades que permitiram proporcionar aos jovens, momentos de reflexão sobre diversos temas e onde me apercebi da quantidade de crianças e jovens que devido à sua história de vida tinham como projeto de vida a autonomização, que me aludiram à necessidade de reforçar este tema.

É durante a infância que cada ser humano está mais suscetível a mudanças, posto isto, crianças institucionalizadas têm por princípio elementos negativos que os levaram à situação de acolhimento, elementos esses que se não forem trabalhados em prol do benefício da criança ou jovem tanto durante o acolhimento, como na situação pós acolhimento, juntamente com o auxílio de profissionais adequados, podem causar verdadeiros danos e não poderem até ser revertidos (Gaspar, 2017).

Assim, é necessário que existam respostas/soluções eficientes, nomeadamente, ao nível de reformas que necessitam ser realizadas nas instituições, que se têm acabado por revelar como um perigo na vida das crianças, que muitas vezes não conseguem adquirir ferramentas suficientes que permitam a sua autonomização e uma vivência harmoniosa em sociedade.

Neste sentido, existem algumas questões que se põem às quais procuro tentar responder através do presente Projeto de Graduação. Como promover a autonomia junto de crianças e jovens institucionalizadas? Que estratégias podem ser adotadas pelas instituições de acolhimento que diminuam os fatores de risco e aumentem os de proteção, visando a autonomia junto das crianças que acolhe? De que forma pode uma instituição ser elemento fulcral na transição para a vida independente e para a plena inclusão na sociedade? Terão todas as instituições as condições mínimas para acolherem tantas crianças e jovens e prestarem o devido acompanhamento? Conseguiram garantir condições necessárias para a autonomização no processo pós acolhimento?

O trabalho estrutura-se da seguinte forma: o primeiro capítulo refere o enquadramento teórico do tema abordando a situação de risco ao acolhimento, e os respetivos desafios do processo de autonomização, bem como, o apoio prestado pelos profissionais e os apoios sociais e recursos disponíveis. No segundo capítulo são recomendadas algumas estratégias de intervenção. E por fim, no terceiro capítulo é definida a proposta de intervenção elaborada por mim denominada “Cuidar para Prevenir: desenvolver competências para a vida”.

## **Enquadramento teórico**

## **Capítulo I – O acolhimento e o processo de autonomização**

### **1.1. Da situação de risco ao acolhimento**

É sabido que hoje em dia, cada vez mais crianças e jovens se encontram em situação de perigo, neste sentido, existem medidas de promoção e proteção que procuram prevenir os fatores de risco e promover os fatores de proteção.

Uma medida de promoção e proteção pode ser concretizada em meio natural de vida ou em regime de colocação e tem como objetivo remover as crianças e jovens da situação de perigo em que se encontram, promovendo fatores que permitam garantir o seu desenvolvimento integral (Instituto de Segurança Social, 2021).

A medida de acolhimento residencial, enquanto medida de promoção e proteção deve ser tomada como último recurso, revelando-se necessária apenas quando as outras se mostram ineficazes, e prevê-se que tenha uma curta duração, tendo por objetivo, principal, o regresso de cada indivíduo à família de origem. No entanto, muitas famílias não reúnem condições e/ou competências que permitam que as crianças e jovens sejam reintegradas em pouco tempo no meio familiar (Instituto de Segurança Social, 2021).

Além disso, cada criança ou jovem, quando integra uma instituição, acarreta consigo uma bagagem e uma história de vida, apenas com um ponto em comum com os restantes integrantes da instituição, que é o facto de terem estado expostos a uma ou várias situações de risco. Fora isso cada elemento apresenta particularidades que não podem ser comparadas a outras crianças e/ou jovens pelo que para que cada criança possa ser devidamente acompanhada, deve existir uma apreciação em diversos domínios, nomeadamente, a nível emocional, saúde, relações com a comunidade, planos para o futuro, etc., para um devido ajuste às necessidades que possam diminuir a estadia na instituição. A ausência de uma retaguarda familiar ou rede social segura na sua comunidade de origem é um problema que percorre o percurso destas crianças e jovens, que influencia a definição dos seus objetivos de vida, podendo atuar negativamente na determinação das suas aspirações pessoais, profissionais e familiares futuras (Gaspar, 2017).

## **1.2.Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – o acolhimento em Portugal**

Num contexto nacional, a proteção de crianças e jovens é regida pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) datada de 1999, tendo a sua última atualização em 2018 (Lei nº26/2018, de 05/07). A LPCJP, decreta no nº2 do artigo 3º que é legítima a intervenção para a promoção e proteção dos direitos de cada criança e jovem, quando se encontra em situação de risco, estando:

- a) ou a viver entregue a si própria;
- b) a sofrer maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- d) aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) obrigada a realizar atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;
- h) tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

Uma das medidas de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo é o acolhimento, estando dividido entre acolhimento familiar ou residencial, que pode assumir diversas formas. Assim, torna-se necessário definir as respostas para crianças e jovens em perigo que o acolhimento engloba, são elas (DGSSFC, 2006):

- a) Acolhimento familiar para crianças e jovens

Tem como finalidade, garantir que a criança é integrada num meio familiar adequado, que assegure os cuidados e direitos que a sua família de origem falhou em proporcionar, atribuindo a confiança da criança a uma pessoa ou família, como

referido anteriormente (art.46º, da Lei 147/99), assegurando o seu desenvolvimento integral (DGSSFC, 2006).

b) Centro de acolhimento temporário

Destina-se ao acolhimento de carácter urgente e temporário da criança e jovem, vai permitir definir o projeto de vida da criança através de um diagnóstico preciso, encaminhando-o para a resposta mais adequada, seja integração na família de origem ou outro tipo de resposta, garantindo as suas necessidades básicas (DGSSFC, 2006).

c) Lar de infância e juventude

Destina-se a um acolhimento da criança, superior a 6 meses, através da aplicação da medida de promoção e proteção, assegurando as suas necessidades básicas e o seu desenvolvimento global, promovendo um ambiente o mais parecido ao familiar, procurando adequar a resposta mais apropriada ao jovem, com vista à sua autonomização (DGSSFC, 2006), colocando-a aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes (Art.49º, Lei 147/99).

d) Apartamento de Autonomização

Trata-se de um apartamento inserido na comunidade local, destinando-se a facilitar a transição dos jovens em acolhimento para a vida adulta, assim, procura minimizar os riscos de exclusão social e promover competências pessoais, social, escolares e profissionais (DGSSFC, 2006).

Enquanto seres vulneráveis, e tendo em conta que se encontram em desenvolvimento as crianças e jovens necessitam de especial apoio por parte dos adultos responsáveis de forma a que seja promovido o seu conforto e segurança, sendo que a ausência das competências necessárias para auxiliar estas questões, poderá implicar situações de perigo, e é com base nessas situações que, predominantemente as CPCJ'S e os Tribunais decidem pelo seu afastamento do seu meio natural de vida (Instituto de Segurança Social, 2021).

Segundo o Relatório Casa 2020, no ano de 2020 num total de 9065 crianças caracterizadas estavam em situação de acolhimento um total de 6706 crianças e jovens, com maior concentração entre os 15-17 anos, sendo que apenas 2022 integraram o acolhimento nesse

ano e 2369 cessaram o acolhimento. Desse valor 86% foram acolhidos em casas de acolhimento generalista (Instituto de Segurança Social, 2021).

Relativamente à situação de perigo que levou ao acolhimento, 71% deveu-se a situações de negligência, 10% a situações de mau trato psicológico, 4% a mau trato físico, 2% a violência sexual e 13% a outras situações, sendo que em apenas 38,4% foi evidenciado que o projeto de vida seria a (re)integração na família nuclear (Instituto de Segurança Social, 2021).

De uma forma geral, analisando os resultados da última década, o Relatório Casa 2020 evidenciou uma queda de 23%, no que corresponde ao número efetivo de crianças e jovens em situação de acolhimento. Face a 2019, no ano de 2020, verificam-se menos 340 crianças e jovens acolhidas a 1 de novembro, menos 476 crianças e jovens entraram em acolhimento e menos 117 crianças e jovens saíram do acolhimento (Instituto de Segurança Social, 2021).

Ou seja, apesar de se verificar menos entradas no sistema de acolhimento, também se verificaram menos saídas, pelo que conseguimos entender que os jovens integram acolhimento cada vez mais tarde, e permanecem cada vez mais anos institucionalizados, ainda assim, é de reparar que o ano de 2020 registou o menor número de entradas (Instituto de Segurança Social, 2021).

Entende-se que os jovens acabam por sair com idades já vais avançadas das instituições devido a se verificarem algumas limitações no que toca ao processo de autonomização, ou seja, ao apoio prestado no processo pós-acolhimento. Segundo Carvalho e Cruz (2015), existe cada vez mais a necessidade de adequar respostas às características particulares exigidas por cada criança e jovem. Referem ainda a carência de conhecimento e formação por parte de muitos profissionais e a necessidade de instituir um modelo de intervenção para a preparação dos jovens para a vida em autonomia (Carvalho e Cruz 2015). Desta forma, muitos jovens relatam a falta de apoio sentido e a fraca preparação para a autonomia de vida no processo pós acolhimento. É possível entender que a institucionalização age, muitas vezes, como um desafio complementar no seu percurso de vida, acabando por evidenciarem mais dificuldades na procura ativa de emprego, bem como a lidar com emoções, nomeadamente, no que toca a situações de isolamento e abandono, o que demonstra também o papel fulcral da comunidade na história de vida de cada criança ou jovem, que se tem revelado pouco preparada para os receber. É possível

comprovar o referido pelo reduzido número de medidas com vista o apoio para a autonomia de vida (Carvalho e Cruz 2015).

Assim, sendo compreende-se que Portugal ainda demonstra ter diversos desafios que necessitam ser ultrapassados rapidamente, visto que apesar de verificarmos uma diminuição no número de crianças acolhidas, presenciamos ano após ano a números cada vez mais elevados de crianças com idades superiores aos 12 anos, revelando a necessidade de obter respostas que não o acolhimento para combater os fatores negativos e promover os fatores positivos (Instituto de Segurança Social, 2021).

### **1.3. Apoio social e recursos disponibilizados para crianças e jovens em situação de risco**

O Apoio Social é da competência dos trabalhadores sociais e está definido pela *Internacional Federation of Social Workers*, como o “exercício da profissão de assistente social ou trabalhador social que promove uma mudança social, a resolução de problemas no contexto de relações humanas e a capacidade e empenhamento das pessoas na melhoria do seu bem-estar. O trabalho social focaliza a sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia. Os princípios de direitos humanos e de justiça social são elementos sociais para o trabalho social” (APAV, 2011).

Segundo o Manual de Crianças e Jovens Vítimas de Violência, elaborado pela APAV (2011), os princípios elementares da intervenção do Trabalho Social são:

- a) Facilitar a inclusão de grupos sociais excluídos vulneráveis ou em risco;
- b) Promover o bem-estar e solucionar problemas, intervindo com as várias frações da comunidade;
- c) Despertar dinâmicas que contribuam para a participação das populações na defesa e dinamização de melhores condições sociais;
- d) Trabalhar com a população em vários aspetos sobre políticas coerentes com os princípios éticos da profissão;
- e) Defender com a e para as pessoas, mudanças nos condicionalismos estruturais relacionados com a exclusão e marginalidade social;

- f) Desencadear procedimentos de proteção de pessoas, que devido à sua situação, não se conseguem defender a si próprias.

Relativamente às crianças e jovens, o trabalhador social, atua consoante a problemática apresentada dando resposta a situações de crise e de emergência e de natureza social e pessoal do dia-a-dia. Utilizando uma variedade de prática e técnicas, o trabalhador social, deve elaborar um diagnóstico social de forma a intervir corretamente, conhecendo a realidade que o jovem integra. Após elaboração do diagnóstico social, o trabalhador social terá de seguir um modelo de intervenção, são apresentados três (APAV, 2011):

a) Modelo Interacional Sistémico

Consiste na intervenção do profissional com o jovem de forma a capacitá-lo na orientação da sua vida. Este modelo de intervenção permite trabalhar, também, diretamente com a família do jovem, e com a sua rede social, assim, procura-se uma conexão das diversas redes sociais.

b) Modelo da Intervenção na Crise

Ocorre de imediato, numa situação de crise como, por exemplo, violência, dividindo a sua atuação em dois níveis:

1. Aliviando os sintomas imediatos e ajudando a restaurar o mínimo funcionamento;
2. Caso seja oportuno deve-se ajudar a criança a relacionar eventos passados e entender novos modos de os perceber e sentir.

c) Modelo Psicossocial

Este modelo reside a sua importância ao conteúdo e ao processo do estudo psicossocial. Tem em conta o aspeto psicológico e social, dando importância a um diagnóstico que trata os pontos fortes e os pontos fracos da pessoa e da situação. Foca-se em ajudar a criança a adquirir competências para eliminar os fatores de risco.

Em termos sociais, a criança ou jovem vítima apresenta frequentemente várias necessidades a vários níveis, como é exemplo, o acolhimento. Os pedidos de acolhimentos são recorrentes, no entanto existem diversas respostas possíveis para cada situação. Quando a rede primária de apoio falha, ou seja, por exemplo colocar as crianças

ou jovens em casas de familiares ou amigos a rede secundária de apoio torna-se imprescindível, podendo intervir das seguintes formas (APAV, 2011):

- a) Linha Nacional de Emergência;
- b) Estruturas sociais de apoio a indivíduos em situação específica de sem abrigo;
- c) Centro de Atendimento, Estudo e Intervenção Social com os Sem Residência (CAEI/SR);
- d) Santas Casas da Misericórdia;
- e) Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- f) Casas de Abrigo;
- g) Acolhimento Familiar para crianças e jovens;
- h) Centro de Acolhimento Temporário;
- i) Lar para Crianças e Jovens;
- j) Pensões/ Residenciais;
- k) Serviços Locais do Instituto de Segurança Social (ISS); do Centro Social da Madeira (CSSM); e do Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores (IDSA);
- l) Câmaras Municipais – Serviços de Ação Social e de Habitação Social;
- m) Programa Porta 65 – Jovem.

#### **1.4.Comportamento de fuga em acolhimento**

Os comportamentos de fuga são preditores da débil rede de suporte que muitas vezes acompanha o jovem na instituição, evidenciando a necessidade de integrar o jovem adequadamente, preocupando-se com a sua história de vida e as suas características individuais desde o primeiro dia, de forma a evitar a incidência destes comportamentos (Cerdeira, J., 2017).

Segundo o Relatório Casa 2020, estavam em situação de fuga prolongada, superior a 1 mês, um total de 82 situações de jovens com este tipo de comportamentos de fuga, na

faixa etária dos 15 aos 17 anos. Comparativamente ao ano de 2019, verifica-se um aumento nos comportamentos de fuga prolongados, em cerca de 8% (Instituto de Segurança Social, 2021):

- a) 44% dos jovens encontravam-se deslocalizados da morada de origem;
- b) 35% dos jovens encontravam-se em acolhimento de urgência.

Assim, compreender as razões que levam um jovem a ter este tipo de comportamento é o principal objetivo para diminuir este tipo de situações. Segundo a autora Cerdeira (2017), verifica-se que este tipo de comportamentos se reflete essencialmente em jovens deslocalizados que revelem uma maior dificuldade de adaptação ao ambiente institucionalizado, apresentando maior risco de fuga. Assim, promover a integração do jovem tendo em conta as suas características individuais torna-se de extrema importância.

### **1.5.O processo de autonomização: Desafios no processo de pré e pós acolhimento**

O termo autonomia, de origem grega, pode suscitar diversas interpretações, foca-se essencialmente num contexto de autodeterminação pessoal, de capacidade de tomar as próprias decisões e definir objetivos (Carvalho e Cruz, 2015). No contexto de acolhimento a autonomia tem vindo a alcançar importância a diversos níveis. Cada vez mais têm sido analisados os percursos de vida dos jovens com vista à autonomização e a capacidade de as instituições promoverem a autonomia em crianças e jovens. As casas de acolhimento devem estar devidamente preparadas para apoiá-los no seu desenvolvimento, promovendo a autonomia e preocupando-se com as características particulares de cada um (Carvalho e Cruz, 2015).

A organização de um processo de autonomia implica, muitas vezes, para o jovem, a reestruturação da sua noção de família, processo de grande complexidade visto terem vivenciado no passado experiências dolorosas marcadas por violência, abandono, entre outras (Carvalho e Cruz, 2015).

A medida de apoio para a autonomia de vida encontra-se prevista no art.30º do Decreto-Lei nº12/2008, de 17 de dezembro e tem como objetivos:

- a) Proporcionar ao jovem, tendo em conta o seu perfil e contexto de vida, condições que permitam a sua autonomia de vida, através de um projeto integrado de

educação e formação, orientado para o desenvolvimento das competências necessárias e sentido de responsabilidade;

- b) Criar condições especiais de acesso aos recursos necessários para a sua autonomização, no que se refere à sua formação pessoal, profissional e inserção ativa.

A conquista da autonomia é descrita como uma importante função do desenvolvimento durante o período da adolescência. Segundo Reichert e Wagner (2013) a autonomia ou o processo de autonomização tem vindo a ganhar interesse na literatura científica, no entanto, existe uma multiplicidade de conceitos sobre o tópico, pelo que se torna difícil construir um único conceito sobre o fenómeno.

Verifica-se que a autonomia compreende duas tipologias, emocional e comportamental, embora não tenha alcançado concordância nos seus conceitos (Reichert e Wagner, 2013):

- a) Comportamental - a autora refere que na generalidade a literatura aborda a componente comportamental como a principal, sendo apresentada, de uma forma geral, como o processo de tomada de decisão.
- b) Emocional – a autonomia emocional é também referida, sendo descrita como a capacidade de se perceber a si e à aos que lhe são próximos como indivíduos separados.

Desta forma, Reichert e Wagner (2013), entenderam que, existe a necessidade de realizar novas pesquisas no âmbito da autonomia, de forma a existir uma maior clareza no conceito da mesma.

Gaspar, Santos e Alcoforado (2015), verificaram a crescente procura e interesse pela temática das crianças e jovens institucionalizadas, no entanto, referem a existência da literatura, ainda escassa, sobre a transição dos jovens que viveram por longos períodos institucionalizados para a autonomia.

Os projetos de vida, ou projetos de promoção e proteção (Decreto Lei 164/2019 no artigo 9º), tal como referido no Relatório Casa 2020, ganham especial importância pressupondo que o acolhimento deve ter em vista uma intervenção guiada por indicações e propósitos de forma a garantir que a situação de perigo a que as crianças e jovens se encontram expostas se extingue dando lugar a uma vida pós acolhimento estável. Ainda assim, apesar de a maioria dos jovens institucionalizados terem projeto de vida definido (92%), 6,8%

ainda não têm projeto de vida definido e 0,9% apesar de terem projeto de vida definido este não se encontra concretizado. No entanto, é de enaltecer que aliado à (re)integração na família nuclear a autonomização é um dos projetos de vida com maior relevância, assumindo maior expressão nas faixas etárias dos 18-20 anos e 21 e mais anos (Instituto de Segurança Social, 2021).

Para se identificar o projeto de vida mais adequado é essencial que se faça um diagnóstico das necessidades de cada criança ou jovem, tendo máxima atenção às características individuais de cada um. Segundo o Manual de Boas Práticas – Guia para o Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens, elaborado em 2006 pelo Instituto de Segurança Social, cada jovem institucionalizado deve beneficiar de fatores que promovam a sua evolução estável, através da realização do seu projeto de vida, tendo como base oito princípios fundamentais: dignidade, respeito, autonomia, capacidade de escolher, privacidade e intimidade, confidencialidade, igualdade e equidade e participação. Assim, os projetos de vida devem desenvolver-se de forma consecutiva tendo em conta o interesse das crianças, procurando estimular as suas competências sociais, entre outras, para a aprendizagem de uma vida autónoma (Instituto de Segurança Social, 2006).

Um dos desafios da atualidade que tem vindo a ganhar importância é a superação da barreira da educação formal, à qual os jovens demonstram uma reação negativa, por ser adjectivada como rigorosa devido às regras e obrigações que a compõem. A principal presença de educação formal na vida da criança ou jovem encontra-se na escola. OS professores/auxiliares das escolas são profissionais pouco alertados e dotados de competências para as necessidades especiais que um jovem em acolhimento exige, acabando por ser vistos, muitas vezes, como delinquentes (Gaspar, Gaspar e Elias, 2017).

Ou seja, ao ser retirada do seio familiar, a criança ou jovem, vê-se desprovida das aprendizagens essenciais para a sua vida social e comunitária, sendo possível evidenciar que existem diversos desafios que devem ser ultrapassados que dificultam a transição para a vida autónoma destes jovens. Verifica-se a necessidade de desenvolver os projetos de vida de forma contínua procurando sempre manter o proveito da criança ou jovem e fazer decair a visão estigmatizada que ainda nos dias de hoje se verifica em relação aos jovens e às instituições (Carvalho e Cruz, 2015).

### **1.5.1. A autonomia na situação pós-acolhimento**

A situação pós acolhimento, acaba por se mostrar como a segunda transição traumática para o jovem, sendo a primeira a entrada no sistema de acolhimento, assim, torna-se essencial revestir esta transição de uma importância acrescida, principalmente em jovens cujo projeto é a autonomia de vida. Deste modo, torna-se essencial proporcionar um apoio adequado aos jovens após a sua saída do sistema de acolhimento, de forma a diminuir os fatores negativos trazidos da vivência no seio familiar e aumentar a sua rede de suporte, que não deve cessar no pós-acolhimento (Gaspar, Gaspar e Elias, 2017).

O apoio dos técnicos torna-se essencial, pois mesmo que durante o acolhimento a qualidade do mesmo não tenha sido a esperada, os técnicos e cuidadores acabam por ser um modelo ou um ponto de referência para a transição para a autonomização, promovendo um futuro esperançoso e evitando comportamentos de risco (Silva, 2018).

Assim, a autonomia é muitas vezes entendida como a mera estabilidade financeira, mas é muito mais que isso, numa situação pós acolhimento o jovem deve conseguir limitar objetivos para a sua vida e concretizá-los, gerir os conflitos, gerir as suas emoções, assumir responsabilidades e investir na sua capacidade de resiliência através de um apoio integrado e permanente por parte dos técnicos e cuidadores da instituição (Gaspar, Gaspar e Elias, 2017).

### **1.6.O profissional no apoio a crianças e jovens em situação de acolhimento**

Os técnicos que se dedicam e intervêm diretamente com os jovens institucionalizados devem ter como principal objetivo proporcionar um ambiente seguro e o mais familiar possível procurando ser figuras de referência positivas, criando vínculos afetivos significativos, motivando-os e aconselhando-os. No entanto, no geral, não revelam a dedicação necessária para substituírem as figuras de vinculação significativas para o jovem nem se demonstram como modelos a seguir (Gaspar, Santos e Alcoforado 2015).

Na maioria das vezes a vivência destes jovens na situação pré-acolhimento é marcada por violência física e/ou psicológica, assim o papel dos adultos responsáveis nas instituições deve seguir os princípios da igualdade e dignidade, mantendo sempre o respeito como elemento chave (Carvalho e Cruz, 2015). Assim, os modelos que, muitas vezes os jovens procuram seguir, dentro da instituição devem não só procurar ajudá-los a adquirir

competências para a tomada de decisões e responsabilização no contexto da instituição como no contexto da comunidade envolvente, como é exemplo, as práticas desportivas e eventos sociais. A promoção da inclusão na comunidade, ou seja, a inclusão do jovem na vida social torna-se, assim, essencial para desenvolver competências emocionais e sociais (Carvalho e Cruz, 2015).

Gaspar, Santos e Alcoforado (2015), através de um estudo a dois Lares de Infância e Juventude com realidades distintas, no seu funcionamento e na sua composição, verificaram que a entrada e a saída da casa de acolhimento são momentos marcantes. A afetividade mostrou-se como um elemento fulcral para colmatar a falta da família, no entanto, na sua maioria os intervenientes não recordam a pessoa que os acolheu, dificultando a criação de vínculos afetivos. Identificaram os cuidados e os afetos prestados pelos técnicos como importantes num primeiro encontro. Para além disso, verificaram que o contacto por parte dos técnicos na situação de pós acolhimento se revela essencial para uma transição para a vida fora da instituição mais favorável, o que muitas vezes não se verifica. Ou seja, a perceção dos jovens assentou, essencialmente, na atitude pouco razoável dos técnicos, e no seu distanciamento.

Desta forma, dado que a autonomia não é um conceito estático, mas sim um conceito que é reestruturado pelo jovem nos diversos contextos em que se insere, existem a necessidade de os técnicos e todos os funcionários que através da instituição intervêm na vida do jovem se envolverem de forma assídua na sua vida, proporcionando-lhes oportunidades de capacitação e aquisição de competências para o seu futuro (Gaspar, Santos e Alcoforado 2015).

### **1.7. Medidas propostas para promoção da autonomia/ projetos em vigor**

Ao longo dos anos tem sido evidenciada a necessidade de promover programas para a autonomia de vida, procurando dotar os jovens de competências necessárias para auxiliar na transição para a vida independente, (Silva, 2018) de forma a diminuir as dificuldades que os jovens sentem ao sair da instituição muitas vezes incapacitados para a vida em sociedade e nos diversos contextos sociais, privados da vivência normativa na família. Alguns dos programas existentes, que se têm verificado como marco importante da temática são:

### **1.7.1 O Programa Umbrella**

O projeto Umbrella, foi criado no âmbito do Projeto Leonardo Da Vinci, entre 1997-2000. Segundo Sousa (2015), o programa procura trabalhar as competências sociais, pessoais, profissionais, entre outras, dos jovens em acolhimento residencial, apoiando na sua transição para a vida adulta. Ainda segundo a autora, o programa deriva da necessidade de colmatar os fracos conhecimentos adquiridos na institucionalização, que no momento de transição para a vida independente se tornam um obstáculo.

### **1.7.2 Voar para a autonomia - Plataforma PAJE**

O projeto *Voar para a Autonomia*, da Plataforma Paje – Apoio a Jovens (Ex)Acolhidos foi criado em 2021 no âmbito do Programa Cidadãos Ativos.

Atuando em três eixos de intervenção – Apoio, Formação e Valor Humano, a Plataforma PAJE procura, através de uma equipa multidisciplinar, prestar apoio de forma informal, através da inclusão social, suprimindo a falta de apoio fornecido aos jovens num período pós acolhimento, acolhidos em pré-autonomia e, ainda aos técnicos e cuidadores, promovendo boas práticas nas instituições de acolhimento, tornando o processo de autonomização favorável (Gaspar, Gaspar e Elias, 2017).

No âmbito do projeto *Voar para a Autonomia*, procuram aplicar programas socioeducativos junto de jovens em acolhimento residencial, sensibilizando-os para a preparação da vida pós acolhimento, desenvolvendo competências necessárias para esta transição, definindo estratégias e projetos de vida viáveis, através de 3 etapas (Plataforma PAJE, 2021):

- a) Intervenção nas Casas de Acolhimento com jovens em pré-autonomia, sensibilizando-os para a vida fora da instituição;
- b) Proporcionar a jovens em situação de acolhimento residencial, um dia em Coimbra, com a equipa da PAJE, de forma a experienciarem um dia fora do contexto de acolhimento;

- c) Colocar os jovens em ambientes e situações proporcionais às de uma vida autónoma, de forma a compreender as suas competências adquiridas para a autonomização.

#### **1.7.4. Preparar para a Autonomia**

O Guia Prático, Preparar para a Autonomia, foi elaborado em 2017, através do trabalho conjunto do CELSIS – Centre for Excellence for Looked After Children, e da SOS Children’s Villages International. Assim, contribuem conjuntamente garantindo que, as crianças e jovens em acolhimento sem cuidados parentais, ou em risco de perdê-los, possam usufruir do apoio e cuidados que necessitam e merecem. O Guia Prático foi concretizado através de quatro princípios fundamentais (Cantwell, N., *et al*, 2017):

- a) construção de relações contínuas de cuidado e respeito;
- b) promoção de níveis elevados de participação;
- c) promoção e proteção de todos os direitos humanos de crianças e jovens;
- d) necessidade de uma abordagem intersectorial.

Tem como principal objetivo, promover práticas mais eficazes e positivas junto dos jovens durante e após o processo de acolhimento, estimulando a reflexão sobre o que vários profissionais podem melhorar nos resultados sobre o acolhimento do respetivo país. Assim, pretende dotar e informar os profissionais responsáveis para orientar estes jovens para a autonomização (Cantwell, N., *et al*, 2017).

#### **1.7.5. Programa STEP UP**

O Programa *STEP UP*, foi criado no âmbito do Projeto *OUTogether* - Promover a autonomia das crianças e jovens em acolhimento. Tem como principal objetivo dotar profissionais que trabalham com jovens institucionalizados de forma a apoiar na promoção da autonomia de vida, através de oito dimensões fundamentais (Miharija, *et al*, 2019):

- a) Criação de uma identidade de grupo;
- b) Perspetivar o futuro;

- c) Tempo;
- d) Rede social de apoio;
- e) Comportamentos responsáveis em termos de saúde;
- f) Gestão de finanças pessoais;
- g) Tarefas domésticas;
- h) Emprego.

## **Capítulo II - Estratégias de intervenção para a promoção da autonomia com crianças e jovens em situação de acolhimento**

É certo que em Portugal existe um reduzido número de medidas que permitem promover a qualidade dos serviços de acolhimento e um reduzido número de medidas de apoio para a autonomia de vida (Carvalho e Cruz, 2015). Assim, Pimentel, *et al* (2018) referem através do documento “Recomendações Nacionais: Processo de Autonomia em Jovens Acolhidos e com Experiência de Acolhimento”, elaborado pelo Projeto “*OUTogether*: Promover a autonomia das crianças e jovens em acolhimento”, algumas estratégias de fácil e rápida aplicação, que devem ser desempenhadas em contexto nacional, nomeadamente:

### a) Redução da composição das casas de acolhimento

Com o aumento exponencial de crianças e jovens acolhidos, as instituições deixam de conseguir ter um ambiente o mais próximo do familiar possível, pelo que o número de crianças por casa de acolhimento deve ser reduzido, de forma a garantir o convívio diário em meio tão parecido ao familiar quanto possível, possibilitando vivências quotidianas normalizadas (Silva, 2016; Pimentel, *et al*, 2018).

### b) Maior investimento no acolhimento residencial especializado

Hoje em dia verificam-se que crianças com deficiência mental ou física acabam por ver apenas as suas necessidades básicas supridas ao estarem acolhidos em casas de acolhimento generalista, aumentando os aspetos negativos da sua transição para o acolhimento, uma vez que não são disponibilizados apoios individualizados e especializados adequados à sua situação. Para além disto, as casas de acolhimento generalista, também não dispõem de profissionais suficientemente capacitados e

preparados para acolher jovens com necessidades tão particulares, o que demonstra, também, a necessidade de especialização das equipas técnicas e educativas. (Pimentel, *et al*, 2018).

Segundo o Relatório Casa 2020, no ano em análise existiam apenas 11 casas de acolhimento residencial especializado em Portugal o que corresponde a um total de 136 crianças em acolhimento. Assim, apesar de fazer ao ano de 2019 se ter registado um aumento de 40%, continua a verificar-se um número de respostas insuficientes de acolhimento especializado em relação ao número de crianças e jovens com necessidades específicas (Instituto de Segurança Social, 2021).

c) Criação de um Código de ética

Para além do Manual de Boas Práticas elaborado pela Segurança Social que as casas de acolhimento devem seguir, deve ser também elaborado um código de ética de forma a padronizar as normas necessárias para a prestação de cuidados nas casas de acolhimento, instituindo os princípios que cada profissional deve seguir para com todas as entidades que colabora, consigo próprios e, em especial, com os jovens (Pimentel, *et al*, 2018). Segundo Cardoso (2014), o profissional deve ser capaz de refletir sobre as normas estabelecidas pelo código de ética, funcionando como uma “fonte promotora de reflexão ética numa comunidade profissional”.

d) Acesso, por parte de todos os jovens, a programas de preparação para a autonomia de vida

Segundo Oliveira (2019), a maioria das instituições não utiliza programas estruturados de promoção da autonomia, verificou apenas que as competências mais trabalhadas se referem a aspetos como gestão da habitação ou do dinheiro. Constatou a necessidade de investir na formação de profissionais das casas de acolhimento, de forma a ser possível melhorar a utilização de programas científicos que potenciem a vida independente dos jovens. Assim, segundo a autora, torna-se imprescindível implementar programas de desenvolvimento de competências que englobem os vários contextos da vida dos jovens, promovendo a sua autonomia.

e) Reforço da rede de suporte social e familiar após cessação de acolhimento

Como referido anteriormente, a bagagem que as crianças e jovens trazem consigo da situação de acolhimento é deveras traumática, e a institucionalização acaba por não conseguir diminuir na sua totalidade estes fatores negativos. Assim, o processo de autonomização deve ter assente uma rede familiar e social que assegure uma transição segura (Carvalho e Cruz, 2015).

Segundo o Relatório Casa 2020, foram acionados os seguintes apoios aos 112 jovens que saíram da instituição com medida de autonomia (Instituto de Segurança Social, 2021):

1. 71% - Apoio económico no âmbito da aplicação da medida em meio natural de vida;
2. 23% - Apoios eventuais de ação social;
3. 18% - Habitação;
4. 6% - Centro/Serviços de emprego (formação profissional);
5. 5% - RSI;
6. 4% - Apoio alimentar;
7. 4% - Apoio Psicopedagógico.

Sem uma estrutura de suporte, os jovens na situação pós-acolhimento, acabam por ter riscos acrescidos de exclusão social, podendo mesmo em adultos apresentar fatores de risco (Instituto de Segurança Social, 2021).

f) Direito a acompanhamento psicológico interno e externo

Tal como referido pelo Relatório Casa 2020, apenas 36,8% dos jovens se encontravam a ter apoio psicológico (Instituto de Segurança Social, 2021), pelo que se verifica a necessidade de proporcionar ao jovem apoio psicológico externo à casa de acolhimento e interno, para momentos de maior necessidade, devendo ocorrer quando os jovens entendem necessário, visto muitas vezes trazerem traumas da sua vivência familiar, motivo pelo qual estão institucionalizados, diminuindo, assim, os aspetos negativos. Assim, para além de psicólogos externos à instituição, cada casa de acolhimento deve ter um psicólogo próprio. (Pimentel, *et al* 2018).

g) Criação de apartamentos de autonomização e reforço dos existentes

De forma a facilitar a transição para a vida em autonomia devem ser criados apartamentos que permitam ajudar os jovens com projeto de autonomização nas dificuldades de acesso á habitação de forma a reforçar a promoção de competências para a vida independente, e reforçar os apartamentos existentes. Assim, pretende-se criar oportunidades de vivenciar atividades da vida real diária e assim desenvolver competências pessoais. (Pimentel, *et al*, 2018; Oliveira, 2019).

h) Aposta nas competências profissionais dos jovens

Em paralelo com a criação e reforço dos apartamentos de autonomização devem ser promovidas competências profissionais e formativas do jovem, acabando por se verificar extremamente importantes para a gestão da sua vida, da sua carreira e financeira (Pimentel, *et al*, 2018).

i) Especialização dos profissionais

De forma a garantir a qualidade dos serviços de acolhimento verifica-se a necessidade de garantir que os profissionais que trabalham diretamente com crianças e jovens sejam devidamente experientes na área, possuindo competências que lhes permitam realizar o seu trabalho impecavelmente (Pimentel, *et al*, 2018). Segundo Elage, *et al*, (2011), com a profissionalização e especialização do serviço de acolhimento, as funções que envolvem o acolhimento exigem profissionais.

## **Estudo Empírico**

### **Capítulo III – Programa “Cuidar para Prevenir: desenvolver competências para a vida”**

#### **1. Apresentação do Programa**

Tal como referido pelos dados recolhidos no Relatório Casa 2020 (Instituto de Segurança Social, 2021), é sabido que todos os anos um número significativo de crianças e jovens, devido à situação de perigo em que se encontram, são retirados às suas famílias, e colocados em Casas de Acolhimento, evidenciando um dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

No momento de transição para a vida adulta esta verifica-se como uma transição dolorosa e precoce relativamente às crianças e jovens que não se encontram nesta situação, e muitas vezes não trazem consigo competências para a vivência em autonomia (Carvalho & Cruz, 2015).

Assim, a institucionalização verifica-se não como oportunidade, mas um prejuízo na sua vida. Posto isto, e após enquadramento teórico, o Programa “Cuidar para Prevenir: desenvolver competências para a vida”, pretende funcionar como uma ferramenta para ajudar os jovens a desenvolver as suas competências para a vida em autonomia e dotar os profissionais e cuidadores responsáveis de capacidades para lidar com os jovens e as suas situações particulares na preparação para a vida independente.

#### **2. Objetivos**

- a) Dotar as crianças e jovens de competências para a autonomia;
- b) Sensibilizar os jovens para a necessidade de adquirirem competências de gestão da vida independente, que permitam a transição segura para a vida pós acolhimento;
- c) Desenvolver com os profissionais e os cuidadores diretrizes para a melhor vivência dos jovens em acolhimento e preparação para a vida autónoma;
- d) Capacitar os profissionais para a melhoria da qualidade dos serviços de acolhimento, atentando às características particulares dos jovens;
- e) Proporcionar experiências simuladas de situações da realidade (*role play*), permitindo aos jovens definirem objetivos e estratégias para resolver a situação apresentada;

- f) Possibilitar que, após implementação do projeto, os jovens e os profissionais possam implementar o adquirido nos *role play*, no dia a dia da casa e na situação pós acolhimento.

### **3. Proposta de intervenção - caracterização das sessões**

Propõem-se que o programa seja dividido em pelo menos duas sessões, por mês durante pelo menos seis meses: uma com os jovens, totalizando um conjunto de dez elementos, e uma sessão realizada com os profissionais e os cuidadores da casa. Cada sessão deve ter a duração de uma hora a uma hora e meia. Neste caso todos os meses o procedimento das sessões será o mesmo, no entanto serão apresentadas situações simuladas da realidade diferentes.

- a) Sessão com os jovens:

A sessão deve começar com uma dinâmica quebra gelo. As dinâmicas quebra-gelo são ações de curta duração 5/10 minutos e permitem motivar os jovens a participar na atividade e a sentirem-se mais à vontade sabendo que estão num espaço seguro e de partilha. No momento quebra-gelo os jovens devem partilhar, caso queiram, como se sentem em relação à casa onde vivem e ao apoio prestado e como pensam que será a sua vida no momento pós-acolhimento.

Nesta sessão prevêem-se várias atividades de *role play* em que os jovens devem ser colocados em situações definidas pela equipa de intervenção, nas quais os jovens devem interagir uns com os outros. As atividades de *role play* caracterizam-se pela sua natureza não linear e pela sua ambiguidade e será controlada pelos jovens, na medida em que o sucesso da mesma dependerá das decisões dos seus intervenientes. Assim, estas simulações serão marcadas por situações que trabalhem a manutenção e a aprendizagem de competências de gestão de conflitos, gestão financeira, gestão da habitação, entre outras. Serve o exemplo: “Imaginando que vivem com mais dois colegas numa casa, casa essa que não está a ser gerida da melhor forma, pois não conseguem dividir as tarefas de limpeza, alimentação, etc., entre os três, não conseguindo manter a casa organizada, o que tem gerado diversas discussões que vos acaba por prejudicar no vosso dia a dia, como poderiam gerir esta situação de forma a que o resultado

fosse positivo? Terão de demonstrar através de um *role play* ou uma espécie de teatro como resolveriam a situação”.

Consoante as respostas prestadas pelos jovens, devem-se analisar se as mesmas resolveriam a situação apresentada e o que é necessário melhorar nas competências demonstradas pelos mesmos durante a atividade, para em situações futuras o jovem conseguir tomar as decisões acertadas para a vida independente em plenitude. No fim, deve ser feita uma reflexão global de cerca de 5/10 minutos sobre o que foi assimilado durante a sessão.

b) Sessão com os profissionais:

A sessão com os profissionais deve, também ela, iniciar-se com uma dinâmica quebra gelo, com duração de 5/10 minutos, em que são questionados aos profissionais, caso queiram responder, os motivos de decidirem trabalhar com crianças e jovens em risco em situação de acolhimento partilhando experiências que, também, permitirão deixar os cuidadores mais à vontade. Esta dinâmica inicial servirá apenas para estabelecer uma relação entre a equipa de intervenção e os profissionais presentes, permitindo facilitar a dinâmica do *role play*.

Durante a sessão devem ser apresentados vários nomes de jovens fictícios com características particulares fictícias, cujo projeto de vida seja a autonomia e deve ser questionado aos profissionais como seria gerida a estadia do jovem na casa de forma a que a transição para a vida independente seja viável, facilitada, segura e responsável. Serve o exemplo: “O João, tem 15 anos, já esteve institucionalizado anteriormente e evidenciou-se que a família nuclear não teria competências para permitir o total desenvolvimento do jovem, assim o seu projeto de vida não é retornar à família de origem, mas sim a autonomização. É um jovem que apresenta alguns traumas devido às constantes transições para a instituição e para fora dela, tem dificuldades de adaptação, e dificuldades em estabelecer vínculos, bem como dificuldades na gestão de conflitos. Tem um percurso marcado por algum consumo de substâncias nocivas, devido à pressão dos pares. Como deveria ser o percurso de vida na instituição e que competências devem ser trabalhadas com o jovem e de que forma, para que a transição para a vida independente seja possível?”

No fim da atividade, será feita uma reflexão global sobre o assimilado durante a sessão e a equipa de intervenção deve partilhar com os profissionais o que poderão modificar ou melhorar para garantir a qualidade do acolhimento com finalidade para a autonomia.

#### **4. Método**

Nesta proposta de intervenção propõe-se utilizar o método qualitativo, e para isto, serão desenvolvidas pelo menos duas sessões, uma com os profissionais e uma com os jovens, permitindo compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas, transformando, assim, os dados observados em dados representativos.

Tendo em conta o presente projeto, pretende-se entender a perceção dos jovens da sua situação de acolhimento e permitir a aquisição de competências para a transição para a vida adulta independente, bem como, o entendimento dos profissionais para lidar com esta população vulnerável quando se trata da autonomização tornando-se fulcral para a implementação deste método.

#### **5. Procedimento**

De forma a ser possível realizar esta proposta de intervenção, devem ser mantidos os princípios éticos e deontológicos, respeitando sempre a confidencialidade e o anonimato de cada criança e jovem, bem como de cada profissional. Desta forma será entregue um formulário de consentimento tanto aos jovens como aos profissionais, de forma a aceitarem a implementação da intervenção e comprovarem como a sua identidade e as suas ações não serão partilhadas com nenhum elemento fora das sessões (Anexo II).

Cada Casa de Acolhimento que for foco da proposta de intervenção deve ser contactada previamente e informada de todos os procedimentos e atividades a realizar junto dos elementos da casa, através de uma reunião de apresentação, bem como deve ser feito um pedido ao Instituto de Segurança Social que deve autorizar a intervenção (Anexo I). Após aceitação a Casa de Acolhimento deverá fornecer à equipa de intervenção o número de crianças e jovens que irão participar e o número de profissionais e cuidadores, de forma a serem definidas o número de sessões

necessárias para a correta implementação do programa, visto as sessões com os jovens e com os profissionais não poderem exceder o limite de dez, e as datas a decorrer, consoante a agenda da casa de acolhimento e da equipa de intervenção, nunca prejudicando ambas as partes. As sessões não serão obrigatórias pelo que cada profissional, bem como, cada jovem deve aceitar, de livre vontade, participar, mediante assinatura do consentimento referido anteriormente. De forma, a cativar a participação os profissionais e os jovens devem ser sensibilizados para a importância desta temática.

No fim dos seis meses da intervenção na sessão final será apresentado um questionário que será fornecido aos profissionais para eles próprios avaliarem a intervenção e, também, aos jovens que participaram de forma a entender as perceções e ideias principais com que ficaram da aplicação do programa (Anexo 3).

## **6. Materiais**

Para a aplicação deste programa será apenas necessário o pedido de autorização ao Instituto de Segurança Social, o consentimento informado assinado dos jovens e dos profissionais e o questionário para avaliação do projeto e das competências adquiridas, bem como, uma equipa de intervenção devidamente formada e alguma imaginação, sendo que, o programa não será de todo dispendioso. Os casos expostos durante as sessões serão definidos e simulados pela equipa e informados à população alvo, não despendendo de nenhum material para apresentação.

## **7. População-Alvo**

Todas as casas de acolhimento que aceitarem que a proposta de intervenção seja implementada farão parte da população-alvo. No presente projeto, deve-se considerar uma amostra mista, não aleatória que envolva os profissionais de cada casa de acolhimento e cada jovem, entre os 12 e os 21 anos.

## **8. Resultados Esperados**

Após implementação do programa espera-se que cada jovem seja capaz de analisar as situações a quem são expostos de forma mais responsável, sendo capazes de desenvolver competências sociais, comportamentais e funcionais. Espera-se, também, que sejam capazes de ser mais flexíveis na sua tomada de decisão e consigam definir objetivos. Em relação aos profissionais, espera-se que estes sejam capazes de prestar um apoio mais cuidado aos jovens, ajudando na definição do seu projeto de vida e no desenvolvimento das competências necessárias para a transição pós-acolhimento.

## Conclusão

Em suma, a saída da instituição de acolhimento não é a primeira transição difícil e complexa na vida do jovem. A entrada na instituição advém muitas vezes de uma situação de risco, acompanhada por maus tratos físicos e/ou psicológicos, aliada à saída da instituição, momento em que os jovens se sentem muitas vezes desamparados. Assim, acabamos por verificar uma incontestável falta de métodos e ferramentas que possibilitem uma passagem mais facilitada e o menos traumática possível ao jovem pelo sistema de acolhimento (Gaspar, *et al*, 2019).

Na maioria das vezes, aquando da transição para a instituição os jovens sentem-se culpados e receosos e preferem manter-se no seio da sua família apesar de esta ser o principal motivo da sua institucionalização devido a não ter competências, apenas por já se verificaram como figuras de vinculação. Já na transição para a situação pós-acolhimento, devido a sentirem carência de apoio e laços afetivos com os técnicos ou cuidadores da instituição, acabam por sentir um choque maior por se verem desprovidos de treino e aptidões para a vida autónoma (Gaspar, *et al* 2019).

Ou seja, o objetivo da institucionalização dos jovens passa por muitas vezes, a sua família constituir um ambiente prejudicial, as instituições deveriam apresentar melhores condições do que o ambiente em que o jovem se inseria, o que muitas vezes não acontece, o que torna a vivência na instituição traumática. Muitos jovens, evidenciam carência de afetos, falta de suporte e apoio por parte dos seus cuidadores e técnicos da instituição, entre outras. Assim, os jovens que têm a autonomia como projeto de vida, acabam por não ter capacidades suficientes para a vivência independente fora da instituição, muitos tendem a procurar formas de fugir à realidade, enveredando por caminhos prejudiciais à sua história de vida, como o crime (Carvalho e Cruz, 2015).

Desta forma, não podemos ficar indiferentes aos fatores negativos que a institucionalização acarreta, é urgente ajustar as respostas do sistema de acolhimento para uma melhor compreensão das necessidades dos jovens e das problemáticas contemporâneas complexas, através do foco na investigação nesta área.

De uma forma geral, propõem-se medidas tanto ao nível do contexto de acolhimento como pós acolhimento, baseadas no documento “Recomendações Nacionais: Processo de Autonomia em Jovens Acolhidos e em Jovens com Experiência em Acolhimento” (Pimentel, *et al*, 2018). Recomendam-se medidas ao nível do funcionamento e estrutura

das casas de acolhimento, através de um investimento no acolhimento residencial especializado e na composição das instituições. Propõem-se, também, a criação de um código de ética a ser seguido apropriadamente, bem como um investimento da formação dos profissionais e cuidadores. Por fim, propõem-se um reforço dos suportes sociais dos jovens e um aumento de medidas e programas para a autonomia de vida, como os apartamentos de autonomização (Pimentel, *et al*, 2018; Silva, 2016; Cardoso, 2014; Oliveira, 2019; Carvalho e Cruz, 2015; Elage, *et al*, 2011).

Para além disso, sugere-se uma proposta de intervenção denominada “Cuidar para Prevenir: desenvolver competências para a vida”, que pretende, durante um período de seis meses, dotá-los de competências para a autonomia de vida, melhorando a sua capacidade de tomada de decisão, e capacitar os profissionais e cuidadores para atenderem às necessidades específicas de cada jovem.

Deste modo, os jovens devem beneficiar de abordagens mais humanizadas, de todas as entidades que intervêm na sua situação, no sentido de os envolver enquanto agentes sociais, no caminho para o seu bem-estar (Carvalho, 2015; Instituto de Segurança Social 2021). Os caminhos a percorrer pelo sistema de acolhimento ainda são longos e trabalhosos, no entanto a visibilidade destas problemáticas tem vindo a aumentar o que me leva a querer que nos encontramos na linha de pensamento certa para obtermos resultados e tornar a vida das crianças e jovens institucionalizadas o mais facilitada possível criando cada vez mais oportunidades para mudanças futuras.

## Referências Bibliográficas

APAV. (2011). Manual Crianças e Jovens Violência: compreender, intervir e prevenir. **[Em linha]. Disponível em** <[https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual\\_Crianças\\_Jovens\\_PT.pdf](https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf)>.

**[Consultado em 05/10/2022].**

Barbosa, P. e Wagner, A. (2013). A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis. *Estudos de Psicologia*, 18(4/ outubro-dezembro), pp. 639-648.

Cabral, A. (2017). Do Acolhimento à Autonomização: perceções dos jovens que viveram institucionalizados. **[Em linha]. Disponível em** <[https://apdes.pt/wp-content/uploads/2019/02/StepUP\\_v6.pdf](https://apdes.pt/wp-content/uploads/2019/02/StepUP_v6.pdf)>. **Consultado em 22/10/2022].**

Cantwell, N., *et al* (2017). Preparar para a Autonomia **[Em linha]. Disponível em** <[https://www.aldeias-sos.org/getmedia/43cf2ca8-a4f2-4e24-974a-af303626634c/Preparar-para-a-Autonomia\\_AldeiasSOS.pdf](https://www.aldeias-sos.org/getmedia/43cf2ca8-a4f2-4e24-974a-af303626634c/Preparar-para-a-Autonomia_AldeiasSOS.pdf)>. **Consultado em 14/10/2022].**

Cardoso, A. (2014). Conflitos e Dilemas Éticos no Trabalho Social: Uma Análise do Trabalho dos Técnicos de Infância e Juventude da Segurança Social **[Em linha]. Disponível em** <[https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15130/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado\\_Ana\\_Ines\\_Cardoso\\_320109003\\_PTO\\_Completa.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15130/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado_Ana_Ines_Cardoso_320109003_PTO_Completa.pdf)>. **Consultado em 14/10/2022].**

Carvalho, M., e Cruz, H. (2015). AUTONOMIA – Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição. **[Em linha]. Disponível em** <<https://gulbenkian.pt/publications/autonomia/>>. **Consultado em 14/10/2022].**

Carvalho, M., e Cruz, H. (2015). TRANSIÇÕES - Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição. **[Em linha]. Disponível em** <<https://estudogeral.ucp.pt/bitstream/10316/46947/1/Transi%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. **Consultado em 14/10/2022].**

Cerdeira, J. (2017). Comportamentos de Fuga em Acolhimento Residencial: O que Constitui Proteção e Risco **[Em linha]. Disponível em** <

[https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=226642](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=226642)>.

**Consultado em** 22/10/2022].

DGSSFC (2006). Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos. **[Em linha]. Disponível em** [https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Conceitos\\_das\\_Respostas\\_Sociais.pdf](https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Conceitos_das_Respostas_Sociais.pdf)>. **Consultado em** 29/10/2022].

Dimitrova, N., et al. (2019). Preparação para a saída do Acolhimento Manual de Formação para Profissionais. **[Em linha]. Disponível em** <https://apdes.pt/wp-content/uploads/2019/02/Training-Manual-for-Trainers.pdf>>. **Consultado em** 25/10/2022].

Elage, B., et al (2011). Formação de profissionais em serviços de acolhimento. **[Em linha]. Disponível em** [https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5734bc8537013b24913bbb18/1463073930949/Formac%CC%A7a%CC%83o\\_web.pdf](https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5734bc8537013b24913bbb18/1463073930949/Formac%CC%A7a%CC%83o_web.pdf)>. **Consultado em** 14/10/2022].

Ferreira, R. (2017). A Casa de Acolhimento onde eu vivo: Narrativas de Crianças e Jovens sob Medida de Acolhimento Residencial. **[Em linha]. Disponível em** [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24836/1/Disserta%20Vers%20Final\\_Rute%20Ferreira.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24836/1/Disserta%20Vers%20Final_Rute%20Ferreira.pdf)>. **Consultado em** 06/10/2022].

Gaspar, J., et al. (2019). Jovens adultos que viveram acolhidos: Autonomização desafiante, *Revista Multidisciplinar*, 1(1), pp.89-101.

Gaspar, J., Santos, E., Alcoforado, J. (2015). Desafios da autonomização: estudo das transições segundo jovens adultos ex-institucionalizados. *Psicologia Clínica*, 27(1), pp. 59-81.

Gaspar, M.; Gaspar, J.; Elias, A. (2017). Desafios de autonomização com jovens (Ex) acolhidos, *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 8(1/janeiro-junho 2017), pp. 187-203.

Instituto de Segurança Social (2006). Manual de Boas Práticas - Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens **[Em linha]. Disponível em** <https://servicosocial.pt/wp-content/uploads/2015/07/Manual-de-Boas-Pr%C3%A1ticas->

Acolhimento-Residencial-das-Crian%C3%A7as-e-Jovens.pdf>. Consultado em 16/10/2022].

Instituto de Segurança Social (2021). Relatório Casa 2020. **[Em linha]. Disponível em** <<https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/CASA+2020.pdf/b7f02f58-2569-4165-a5ab-bed9efdb2653>>. **[Consultado em 05/10/2022].**

Júlio, M. (2021). Do Acolhimento Residencial à Integração Social Autónoma da Criança/Jovem. **[Em linha]. Disponível em** <[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23848/1/master\\_marta\\_santana\\_julio.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23848/1/master_marta_santana_julio.pdf)>. **Consultado em 14/10/2022].**

Lage, P. (2019). O Futuro é Amanhã, a Mudança é Hoje! Um Projeto de Educação e Intervenção Social em Contexto de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens. **[Em linha]. Disponível em** <[https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/15558/1/DM\\_PauloLage\\_2019.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/15558/1/DM_PauloLage_2019.pdf)>. **Consultado em 16/10/2022].**

Miharija, M., *et al.* (2019). STEP UP – Programa de Promoção de Autonomia para Jovens em Acolhimento – Guia para Profissionais. **[Em linha]. Disponível em** <[https://apdes.pt/wp-content/uploads/2019/02/StepUP\\_v6.pdf](https://apdes.pt/wp-content/uploads/2019/02/StepUP_v6.pdf)>. **Consultado em 22/10/2022].**

Neto, A. (2021). A caminho da autonomização – as jovens institucionalizadas e a promoção da autonomia. **[Em linha]. Disponível em** <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36982/1/AnaNeto.pdf>>. **Consultado em 06/10/2022].**

Oliveira, S. (2019). Promoção de Autonomia em Jovens Institucionalizados: Perceções dos Profissionais de Casas de Acolhimento Residencial. **[Em linha]. Disponível em** <[https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/6319/1/tese\\_sara\\_fevereiro\\_2020.pdf](https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/6319/1/tese_sara_fevereiro_2020.pdf)>. **Consultado em 14/10/2022].**

Pimentel, F. *et al.* (2019). Recomendações Nacionais: Processo de Autonomia em Jovens Acolhidos e em Jovens com Experiência de Acolhimento. **[Em linha]. Disponível em** <<https://apdes.pt/wp-content/uploads/2019/02/Recomendac%C3%A7o%CC%83es-Nacionais-1.pdf>>. **Consultado em 25/10/2022].**

Plataforma P.A.J.E. [Em linha]. Disponível em <<https://www.paje.pt/voar-para-a-autonomia/>>. [Consultado em 14/10/2022].

Ramos, T. (2008). A Intervenção na Criança/Jovem em Risco – Um Percurso a Construir. [Em linha]. Disponível em <<https://apdes.pt/wp-content/uploads/2019/02/Training-Manual-for-Trainers.pdf>>. Consultado em 09/10/2022].

Rocha, S. (2010). A inserção sócio-profissional de ex-jovens institucionalizados. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55533/2/TESEMESSONIARROCHA000125665.pdf>>. Consultado em 09/10/2022].

Silva, A. (2016). Habitar Casas de Acolhimento para crianças e jovens em Portugal. [Em linha]. Disponível em <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/32924>>. Consultado em 14/10/2022].

Silva, A. (2018). Do Acolhimento à Autonomização: Competências de vida de jovens institucionalizados. [Em linha]. Disponível em <[https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7540/1/DM\\_Ana%20Catarina%20Silva.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7540/1/DM_Ana%20Catarina%20Silva.pdf)>. Consultado em 14/10/2022].

Silva, A., Oliveira, K. e Marques, C. (2019). Autonomização de jovens em acolhimento residencial: discursos e significados, *Revista de Ciências Sociais Configurações*, 23, pp. 14-30.

Silva, C. (2020). Para lá da institucionalização: que desafios encaram os jovens no processo de autonomização. [Em linha]. Disponível em <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36829/2/CatiaSilva.pdf>>. Consultado em 09/10/2022].

Sousa, R. (2015). Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em lares de infância e juventude [Em linha]. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/31190>>. Consultado em 14/10/2022].

## **Anexo I - Pedido de Autorização ao Instituto de Segurança Social**

Exmo. Senhor,

Presidente do Instituto de Segurança Social,

Eu, Ana Rita Borges Monteiro, no âmbito do Projeto de Intervenção “Cuidar para Prevenir: desenvolver competências para a vida”, realizado no contexto do meu Projeto de Graduação para obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia, desenvolvi um programa de aquisição e manutenção de competências para a autonomia de vida, que deverá ser implementado junto de jovens em situação de acolhimento cujo projeto de vida seja a autonomização e junto dos profissionais responsáveis por garantir a qualidade desses mesmos serviços de acolhimento.

Assim sendo, para que seja possível a implementação deste projeto, solicito a V. Ex<sup>a</sup>, autorização para a realização da intervenção nas Casas de Acolhimento Portuguesas. A participação dos jovens e profissionais decorrerá durante um período de seis meses, através de duas sessões por mês (uma com os jovens, um com os profissionais), servindo-se da simulação de várias situações reais que serão apresentadas a cada um e que vão necessitar das suas capacidades para resolução. Com este projeto pretende-se que os jovens analisem as situações a que são expostos de forma mais responsável, capacitando a sua tomada de decisão e orientar os profissionais para lidarem de forma mais precisa com as características particulares de cada jovem, apoiando-os na estadia na casa de acolhimento e na transição para a vida independente.

Comprometo-me a salvaguardar os interesses dos participantes, garantindo a confidencialidade e o anonimato.

Agradeço o tempo e atenção dispensados.

Com os melhores Cumprimentos,

Ana Rita Borges Monteiro

## Anexo II - Declaração de Consentimento Informado

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Eu, \_\_\_\_\_  
(nome completo), declaro que é do meu conhecimento e consentimento a implementação do Projeto de Intervenção “Cuidar para Prevenir: desenvolver competências para a vida”, bem como, os objetivos do mesmo.

Declaro ainda que fui informado sobre a salvaguarda da minha identidade e ações, e que todas as temáticas abordadas durante as sessões serão protegidas pelos princípios da confidencialidade e do anonimato.

Declaro, por fim, que fui esclarecido sobre a não obrigatoriedade de participar nas sessões do programa de intervenção.

Desta forma, declaro a livre e espontânea vontade de participar na intervenção.

Participante:

\_\_\_\_\_

Equipa de Intervenção:

\_\_\_\_\_

(Ana Rita Borges Monteiro)

### Anexo III- Questionário da avaliação do programa

O presente questionário tem como finalidade perceber o nível de satisfação quanto ao programa aplicado durante cada sessão. Por favor, responde sim, não ou +/- nas respostas que considerares mais adequadas. Lembra-te que o questionário é anónimo.

1. Sexo: a) Feminino ____ b) Masculino ____
2. Idade: ____
3. Gostaste das atividades: _____
4. Gostaste dos temas abordados nas atividades: _____
5. Achas que as sessões ajudaram a desenvolver novas competências: _____
6. Gostaste da equipa que realizou as sessões: _____
7. Gostaste do tema abordado: _____

Tens alguma sugestão, para melhorar estas atividades? Escreve-nos uma mensagem!